

Presidente vai ter que negociar

ACM afirma que Fernando Henrique terá que dialogar com o Congresso para aprovar contribuição dos inativos

O presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), disse ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso precisa tomar a frente das negociações com o Congresso para conseguir a aprovação das medidas que estabelecem a contribuição previdenciária para servidores inativos. Segundo o senador, a atuação do Presidente poderá ser decisiva para quebrar resistências entre os integrantes da base aliada do Governo no Congresso e garantir a aprovação das propostas. Na previsão de ACM, a emenda deverá estar aprovada no Congresso até março do ano que vem. Por se tratar de Proposta de Emenda Cons-

titucional (PEC), ela necessita de três quintos dos votos na Câmara e depois no Senado para ser aceita. Na Câmara, isso equivale ao apoio de 308 deputados. No Senado, são 42 votos.

Antonio Carlos afirmou que “somente se o presidente Fernando Henrique assumir pessoalmente as negociações será possível mais rapidez”. O problema do Governo é justamente dobrar as pressões contra a taxaço de inativos. Para facilitar a aprovação da emenda, o Governo aceitou dar isenção para os servidores que ganham até R\$ 600 mensais, mas não admite ir além dessa faixa, como desejam os partidos de oposição. A concessão já foi feita porque o Governo sabe que a proposta é polêmica e que a base do Governo hoje está longe de ser tão agregada quanto era nos primeiros anos do governo de Fernando Henrique.

Já o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), também acha difícil a aprovação ainda este ano das duas emendas constitucionais enviadas pelo Governo sexta-feira ao Congresso Nacio-

nal, criando um subteto salarial para o servidor público e estabelecendo a contribuição previdenciária dos inativos.

Antonio Carlos afirma que “não há mais prazo para aprovar as propostas nas duas casas até o final do ano. Acho muito difícil”. O senador apoiou a aprovação dos dois textos sem mudanças, inclusive a isenção do pagamento da contribuição para os que ganham R\$ 600,00, que chegou a desagradar o ministro da Previdência, Waldeck Ornelas.

Os dois presidentes consideraram um erro do comando do PT não ter permitido que seus governadores comparecessem à reunião com o presidente Fernando Henrique Cardoso na última sexta-feira. “Como é que eles vão cobrar a contribuição em seus estados?”, questionou Antonio Carlos. Para o senador, a reunião dos governadores “foi muito boa” e todos garantiram que vão se empenhar na aprovação das medidas. “Acho que até as oposições vão se engajar”, afirmou o senador. “Tudo o que o Governo puder fazer para ajudar, deve fazer”, comentou

Antonio Carlos.

O senador esteve com Fernando Henrique, logo após a reunião dos governadores para uma avaliação do encontro. O senador atribuiu à competência do Chefe da Casa Civil, ministro Pedro Parente, o sucesso da reunião dos governadores. “Todos gostaram da forma como foram elaboradas as propostas, pois vão melhorar a situação dos estados sem interromper o ajuste fiscal. Parente é um craque”, elogiou Antonio Carlos.

Para Temer, será mais difícil aprovar a proposta de criação do subteto salarial do que a contribuição para os inativos. “Fizeram a mesma proposta que foi rejeitada por sete votos. Se o clima mudar é possível a vitória do Governo. Mas será preciso muito empenho de todos”, previu o deputado.

Temer aconselhou os articuladores políticos do Governo a dialogarem com as oposições mas sem se descuidar dos seus aliados políticos. Temer defendeu o empenho de ministros e governadores na votação amanhã, da proposta que renegocia as dívidas dos ruralistas para solidificar o apoio



Geraldo Magela

Antonio Carlos: “Não há mais prazo para aprovar as propostas”

da base governista às propostas acertadas com os governadores. “Se puder votar logo essa emenda dos ruralistas vai ajudar muito”, sugeriu o deputado. O maior obstáculo para a aprovação este ano

não é o entendimento político, mas os prazos regimentais. “Não tem jeito. As duas propostas são polêmicas e têm alguns prazos regimentais que não dão para encurtar”, adiantou Temer.